

ENTREVISTA



"Os presos por causa da reforma agrária de Santo Antão foram postos em liberdade devido à pressão exercida pela UCID junto da comunidade mundial."

CM—Que tipo de actividades é que a UCID desenvolve?

JW—No passado, por causa das dificuldades criadas pelos abusos do poder em Cabo Verde, a actuação da UCID consistiu em contactar vários partidos políticos e organizações humanitárias internacionais, como por exemplo a Amnistia Internacional e a Cruz Vermelha Internacional, para intercederem perante o governo de Cabo Verde no sentido da libertação de presos políticos, como foi o caso dos presos políticos por altura da revolta da Reforma Agrária de Santo Antão. Esses presos foram sentenciados com penas de seis a dez anos e, graças à nossa intervenção, através da Cruz Vermelha Internacional, Amnistia Internacional, e de

vários partidos políticos que contactámos na Europa, conseguimos que esses presos fossem postos em liberdade. Os presos foram todos libertados após dois anos. O Presidente da República, nessa altura, disse que lhes concedia amnistia por magnanimidade do PAICV, mas, na realidade foi o resultado da pressão da UCID, através dos vários elementos que apontei, que forçou o governo a libertar esses presos políticos.

CM—Há nos Estados Unidos uma grande comunidade de caboverdeanos. A UCID tem procurado apoios de forças políticas nos Estados Unidos?

JW—Daqui, contactamos vários políticos individuais, etc. Estive-

mos sempre em contacto com o Departamento de Estado expressando a nossa oposição ao regime. Entreviemos junto das Nações Unidas, através do representante dos Estados Unidos na ONU, o Embaixador Walters. A UCID denunciou, junto dessas instituições, todas as irregularidades que se viviam em Cabo Verde. Aliás, até ao presente, a UCID realizou os objectivos a que se dedicou no sentido da abertura política e do pluripartidarismo e da revisão constitucional. No futuro, a nossa actuação terá de ser directa e dentro do país. Entendemos que esta será a forma mais eficaz de exercer influência política. No fim deste mês, deslocome a Roterdão (Holanda), e, antes do fim do verão tenciono voltar a Cabo Verde para uma nova visita e para fazer novos contactos.

CM—A UCID recebe auxílios económicos das instituições que referiu para prosseguir com o seu trabalho?

JW—A UCID é um movimento independente, formado por caboverdeanos e que depende apenas das contribuições dos seus membros.

da página 4

CM—Neste momento a UCID já identificou esses candidatos?

JW—Temos em mente certas pessoas. Não posso divulgar esses nomes, porque estamos presentemente no processo de consultar esses mesmos candidatos no sentido de aceitarem o nosso apoio. Muito brevemente representantes da UCID deslocar-se-ão a Cabo Verde para estabelecer esses contactos. Presentemente, o governo de Cabo Verde ainda

pode impedir a entrada e a saída de caboverdeanos e, por essa razão, não poderei adiantar mais pormenores neste momento.

CM—Você apresenta-se como secretário-geral da UCID, movimento de oposição ao Governo de Cabo Verde. Pode dar-nos a dimensão desse movimento?

JW—A UCID foi fundada em 1977, na Holanda, e, presentemente, tem várias delegações nos Estados Unidos; nas Ilhas da Rhode Island

New Bedford, Boston, Nova Iorque (Yonkers). Temos ainda delegações em Portugal e na Noruega (Oslo) e núcleos na França e Luxemburgo. Temos também importantes contactos dentro de Cabo Verde. Desde a sua fundação, a UCID promoveu, de dois em dois anos, congressos internacionais com a participação de todas as delegações. O último congresso internacional da UCID teve lugar nos Estados Unidos, em 1986, com representações de dezoito vindos de todo o mundo.

Artigo 4º à beira do fim

A abertura a novos partidos políticos, com a abolição do artigo 4º da Constituição, constituiu a principal resolução da última reunião do Comité Central do PAICV

A proposta visando a eliminação do artigo 4º da Lei Fundamental foi introduzida à última hora na agenda de trabalhos do Comité Central do PAICV a mando do seu secretário-geral adjunto, Pedro Pires. A abordagem desse tema provocou forte celeuma entre os moderados e os duros do PAICV, onde pontificam Pedro Pires e Silvino da Luz, respectivamente.

Elementos da chamada ala dura, que não viram com bons olhos o termo do papel constitucional do PAICV, teceram em privado ásperas críticas ao secretário-geral adjunto do PAICV, imputando-lhe inclusivamente a responsabilidade de pôr termo, abruptamente, à aliciança experiência de pluralismo monopartidário que o partido vinha ensaiando desde 1980 e que teria o seu ponto alto na realização das eleições autárquicas com participação de listas independentes.

«Uma pedrada no charco»

Na opinião de um jovem po-

lítico cabo-verdiano, que ascendeu pela mão de Pedro Pires ao Conselho Nacional do partido no último congresso, «a fórmula do pluralismo monopartidário estava bloqueada por alguns homens que dominavam a máquina do partido». «Urgia», acrescentou, «lançar uma pedrada no charco». Daí a fuga em frente de Pedro Pires, que «nunca introduziria a questão do multipartidarismo caso soubesse que o Conselho Nacional chumbaria as suas ideias», afirmou, em jeito de conclusão.

Por força da queda do célebre artigo 4º, que retira ao partido no poder em Cabo Verde desde a independência o seu assento constitucional, é inevitável a realização de um congresso extraordinário para a homologação da decisão do Conselho Nacional. Entretanto, a palavra final cabe à Assembleia Nacional Popular (órgão legislativo).

A questão de mudança coloca-se hoje em Cabo Verde com uma certa acuidade. Parajá, a chamada política de extroversão da economia, uma das principais resoluções saídas do segundo congresso do PAICV e que preconiza a abertura do capital ao investimento estrangeiro, ainda não produziu resultados palpáveis. Is-



so porque as respostas dos potenciais investidores estrangeiros têm esbarrado numa tremenda centralização e lentidão da máquina burocrática.

Presentemente, o surgimento de novas forças políticas em Cabo Verde é uma questão que ainda se acha em aberto. Até agora não se vislumbrou nenhuma força política organizada susceptível de se erigir em alternativa ao partido que detém as rédeas do poder em Cabo Verde desde a independência.

A Rádio Praça, da cidade da Praia, ventilou há dias que está na forja a criação de um partido político onde pontificam antigos dissidentes cabo-verdianos do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Segundo a mesma rádio, uma outra força política a despontar no horizonte terá a ver com a organização dos estudantes que dirigiram na clandestinidade a resistên-

cia contra o colonialismo português.

Nos meios oposicionistas em Lisboa a notícia da abertura política em Cabo Verde foi acolhida com algum ceticismo. Será possivelmente uma democracia à moda senegalesa, pois o partido que está no poder continua a reinar, não como força política dirigente, mas sim como força política hegemónica, detendo a força militar e económica necessária à sua manutenção no poder, opinião expressa a *O Liberal* por um dissidente do PAICV. Para Cabo Verde, adiantou aquele dissidente, o importante agora é a consolidação de uma estrutura susceptível de garantir o funcionamento democrático do sistema através de uma opinião pública interveniente e actuante nas questões nacionais a todos os níveis. Nesse sentido, os dissidentes do partido no poder em Cabo Verde propõem-se criar um jornal, cuja função prioritária será canalizar e levar junto do público as suas linhas de orientação política. ■

**CABO VERDE ABANDONA
O MONOPÓLIO DO PODER**

UTA

Cabo Verde entrou em nova fase da sua história, quinze anos após a independência. O Partido Africano da Independência de Cabo Verde anunciou a Segunda República.